

# DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

## *Alimentar pessoas para “matar o comunismo de fome”: o auxílio técnico estrangeiro como parte da política de segurança nacional dos Estados Unidos (1949-1952)*

Feeding people to “starve communism”: foreign technical assistance as part of United States national security policy (1949-1952)

Natália Abreu Damasceno<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo investiga a relação entre os programas de auxílio técnico destinados a países periféricos e os objetivos de segurança nacional de Washington em plena Guerra Fria. Analisando relatórios do programa Ponto IV, atas do Congresso e memorandos diplomáticos dos EUA, constatamos uma expansão da noção de segurança nacional que passava a considerar, para além da agenda militar, a intervenção no desenvolvimento de países periféricos como meio de conservação da paz. Conforme postulado por oficiais e *policymakers*, a exportação de conhecimento técnico, em favor do capitalismo liberal estadunidense, se tornou uma importante demanda de segurança que merecia atenção.

**Palavras-chave:** auxílio técnico, segurança nacional, Guerra Fria

**Abstract:** This article investigates the bonds between US technical assistance for peripheral countries and the objectives of Washington’s national security during the Cold War. By analysing reports related to the Point IV program, Congress minutes and US diplomatic memoranda, we observed an expansion in national security, which started to regard the intervention on the development of peripheral countries as a means to promote peace beyond the military agenda. As stated by officials and policymakers, the exportation of technical knowledge, in favor of american liberal capitalism, became an important security demand that deserved attention.

**Keywords:** technical assistance, national security, Cold War

<sup>1</sup>Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Substituta da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Este artigo foi produzido a partir da pesquisa realizada durante o doutorado. Os resultados finais e completos dessa pesquisa encontram-se publicados na tese intitulada “O programa Ponto IV e a articulação de projetos estadunidenses de desenvolvimento para a América Latina (1949-1954)” defendida em junho de 2022 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e financiada pela CAPES. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0808-5953>. E-mail: [abreunatalia00@gmail.com](mailto:abreunatalia00@gmail.com).



No ano de 1952, uma platéia de homens de negócios associados à Câmara de Comércio de São Francisco ouviu de Eric Johnston, então presidente do *International Development Advisory Board* (IDAB)<sup>2</sup> que: “Nós sabemos que o comunismo prospera na miséria. Mas ele morre de fome com o progresso. Nós devemos matar o comunismo de fome em todos os cantos do mundo que ainda são livres” (INTERNATIONAL, 1952, p. 8 – tradução nossa). Dois anos antes dessa declaração, o *National Security Council* (NSC) dos EUA recomendou o aumento do orçamento federal para programas de auxílio técnico, bem como a expansão de seus objetivos e estratégias como uma de suas linhas de ação (NATIONAL, 1950). Embora a corrida armamentista e a militarização da política externa de Washington sejam marcas indelévels da Guerra Fria, já no alvorecer desse conflito, outros fronts, como é o caso do auxílio técnico a países periféricos, ganhavam importância e passavam a ser considerados elementos fundamentais para garantir a segurança nacional dos Estados Unidos.

11

Tendo tal fenômeno em vista, este artigo analisa aspectos do debate institucional estadunidense que alçou os programas de auxílio técnico ao status de pilar da política de segurança nacional de Washington no pós-Segunda Guerra Mundial. Mais especificamente, essa investigação visa compreender em que medida os programas de assistência técnica destinados ao então chamado “Terceiro Mundo” serviram aos objetivos de segurança projetados na administração Truman. Ademais, neste estudo, buscamos entender de que maneira a doutrina de segurança nacional elaborada e adotada em fins dos anos de 1940 amparou o lançamento de programas de auxílio técnico para países periféricos.

---

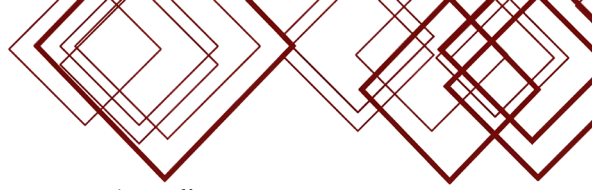
2 O *International Development Advisory Board* (IDAB) era o órgão consultivo do programa Ponto IV, um programa de auxílio técnico ligado ao Departamento de Estado. Foi criado pela *Act of International Development*, lei que sancionou o Ponto IV e teve Nelson Rockefeller como um de seus diretores.



12

Para tanto, foram examinados documentos fundantes da política externa do período como o texto do NSC-68 e alguns escritos de George Kennan; relatórios referentes ao Ponto IV, programa lançado por Harry Truman em 1949 como uma iniciativa para sistematizar projetos de auxílio técnico a países da África, Ásia e América Latina; atas de discussões sobre assistência técnica a nações estrangeiras no Congresso dos Estados Unidos; e artigos publicados em periódicos científicos sobre o tema entre fins dos anos de 1940 e meados dos anos de 1950. A análise dessas fontes esteve ancorada numa bibliografia que trabalha a doutrina de segurança nacional própria da fase inicial da Guerra Fria, bem como os seus principais desdobramentos (HOGAN, 2007; MUNHOZ, 2018; LEFFLER, 2010; OFFNER, 2010); e em obras que discutem as políticas estadunidenses de auxílio estrangeiro, a noção de desenvolvimento/subdesenvolvimento vigente à época e sua instrumentalização política em favor da consolidação da hegemonia global estadunidense (ESCOBAR, 1995; EKBLADH, 2010; RIST, 2008 ; LATHAM, 2000; PACKENHAM, 2015).

Segundo Michael Hogan (2007), a Doutrina Truman constituiu um ponto de partida interessante para se pensar a doutrina de segurança nacional, ou, como ele chama em seu livro, o estabelecimento do *National Security State* nos Estados Unidos. Na ocasião do seu anúncio, em 12 de março de 1947, o presidente Harry Truman solicitava ao legislativo estadunidense a autorização do investimento de 400 milhões de dólares em auxílio econômico e militar para a Grécia e para a Turquia, num esforço em favor da defesa da “liberdade” e da “paz” no mundo. Ao declarar publicamente que apoiaria as democracias do mundo que estivessem sendo ameaçadas por grupos cuja ideologia colocasse as liberdades individuais em perigo, Truman anunciava os contornos da sua política externa internacionalista.



Batizada de Doutrina Truman por jornalistas que compararam a sua abrangência e ousadia à Doutrina Monroe (PACKENHAM, 2015), a sua fala foi uma convocatória para uma reação estadunidense a supostas violações aos acordos de Ialta, nas quais, segundo ele, governos totalitários vinham sendo impostos em diversos países contra a vontade de seus povos. Era uma referência implícita ao que o presidente entendia como expansionismo soviético na Polônia, Romênia, Bulgária e mesmo em regiões mais distantes e com menor ligação com a URSS, como a Grécia e a Turquia.

Segundo Thomas Paterson (1988), não havia qualquer indício de intervenção soviética na guerra civil grega que se desenrolava naquele contexto. Aliás, a URSS receava que o conflito pudesse arrastar os Estados Unidos para o Mediterrâneo. Não obstante, planejado para deixar o país apavorado, o discurso apocalíptico de Truman promoveu a noção de segurança a peça central da ideologia estadunidense (ANDERSON, 2015). Propondo que os EUA tomassem atitudes diante desse cenário, Truman discorreu sobre qual ele considerava ser o papel da potência americana no mundo:

Eu acredito que deva ser a política dos Estados Unidos apoiar povos livres que estão resistindo a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas. Eu acredito que nós devemos ajudar os povos livres a construir seus destinos à sua maneira. Eu acredito que a nossa ajuda deva ser fundamentalmente por meio de auxílio econômico e financeiro, essencial para a estabilidade econômica e para processos políticos ordeiros. (TRUMAN, 2010, p. 201 – tradução nossa)

Walter LaFeber (1999) ressalta que no lançamento da Doutrina Truman não houve e nem precisou haver identificação explícita da URSS como o inimigo. Entretanto, considera que a declaração presidencial foi bem-sucedida no objetivo de forjar um consenso de longa



duração em torno do apoio a uma política externa liberal e internacionalizada dentro de uma sociedade estadunidense eminentemente paróquia e diversa. Esse consenso se sustentava por meio da ideia de um perigo iminente, de um retorno ao *warfare* em pleno pós-guerra que justificava uma intensa preparação militar e um engajamento internacional sem precedentes.

14

Seguido de pronunciamentos do subsecretário Dean Acheson e do então Secretário de Estado George Marshall, a fala de Truman deixou congressistas assustados ao especular que o que vinha acontecendo na Grécia, poderia acontecer no sul da Ásia, no norte da África e mesmo na Europa Oriental (HUNT, 2009). De fato, o presidente explorava tensões mundiais da Guerra Fria por meio de uma retórica alarmista, exagerada e anticomunista a fim de “garantir votos legislativos favoráveis, de desarmar seus críticos, e de encorajar congressistas preocupados com o orçamento a aprovar fundos para seus programas” (PATERSON, 1988, p. 78 – tradução nossa). Dessa maneira, delineando a hegemonia de Washington a partir daquilo ao qual ela se opunha e da sua “justificada” missão de combate ao comunismo, inclusive em terras estrangeiras, legitimava-se a inextricabilidade entre o que se entendia por paz, liberdade, prosperidade e segurança dentro e fora dos Estados Unidos (CUMINGS, 1999).

De acordo com alguns estudiosos, a Doutrina Truman teria sido o começo ou a expressão primeira da existência de programas oficiais de auxílio estrangeiro ligados ao Departamento de Estado. David Ekbladh (2010) explica que isso não significa dizer que foi apenas em 1947 que *policymakers* e oficiais dos EUA começaram a se preocupar em interferir na modernização de outros países. Ele afirma que não há um começo preciso para a história das políticas de auxílio estrangeiro como paradigma da política externa. Contudo, o fim da década de 1940



viu nascer não a ideia de direcionar os processos de modernização ou de desenvolvimento em países estrangeiros, mas o conjunto consciente e racionalmente organizado de políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento e do progresso a partir de moldes específicos.

Com a Doutrina Truman, começava a ser esboçado o caráter das iniciativas de auxílio estrangeiro como medida de segurança fundamental para a política externa dos Estados Unidos. Era a “infância” das políticas internacionais de desenvolvimento. O tipo de auxílio proposto dialogava com a premissa liberal da inextricabilidade entre estabilidade econômica e estabilidade política, pois, conforme exposto por Truman, entendia-se que:

As sementes dos regimes totalitários são nutridas pela miséria e pela escassez. Elas se espalham e crescem em um solo maléfico de pobreza e conflitos. Eles alcançam seu crescimento pleno quando a esperança de um povo por uma vida melhor morre. (TRUMAN, 2010, p. 201 – tradução nossa)

15

Contudo, não é possível inferir a partir dessa retórica que as políticas de auxílio estrangeiro substituiriam em absoluto as intervenções militares e políticas dos Estados Unidos em países periféricos. A longa lista de intervenções políticas estadunidenses na América Latina, desestabilizando regimes e condicionando políticas econômicas, ao longo de todo o século XX, é prova disso (LIVINGSTONE, 2009).

Assim, embora aparentemente contraditório, a assertiva de que prestar auxílio econômico era uma questão de lutar pela sobrevivência de democracias e pela prevalência da liberdade em diversas partes do mundo conviveu com o *Big Stick*. O investimento de fundos e a assistência técnica começavam a ser vistos como elementos cruciais de uma estratégia formal de combate ao comunismo, entretanto, quando



o horizonte ideal da abertura irrestrita dos mercados aos dólares e à lógica liberal parecia distante, o auxílio técnico se aliava às tradicionais práticas intervencionistas dos Estados Unidos, como o foi no caso da *United Fruit Company*, na Guatemala<sup>3</sup>.

Desse modo o gradual processo de sistematização de políticas de auxílio estrangeiro, desencadeado pela Doutrina Truman, estabeleceu novas dinâmicas na condução de assuntos da política externa dos EUA, ainda que com certo hibridismo em relação ao “grande porrete” de Theodore Roosevelt. Na dianteira do progresso econômico e político, os entusiastas das políticas de auxílio estrangeiro viam os Estados Unidos como o único país capaz de atender ao clamor global por desenvolvimento e de assumir essa missão de promover a modernização do mundo a partir de seus próprios moldes. Nesse sentido, o presidente estadunidense proclamava:

Nós devemos manter viva essa esperança. Os povos livres do mundo olham para nós em busca de apoio para manter suas liberdades. Se nós fraquejarmos em nossa liderança, nós podemos pôr em risco a paz do mundo - e nós certamente poremos em risco o bem-estar dessa Nação. Grandes responsabilidades foram atribuídas a nós pelo veloz movimento dos acontecimentos. Eu

---

3 A *United Fruit Company* foi uma multinacional estadunidense fundada em fins do século XIX e extinta em 1970, que monopolizou grande parte do mercado de exportação da América Central, especialmente no que diz respeito à produção de bananas e outras frutas tropicais. No contexto de discussões a respeito do papel do capital privado no auxílio técnico aos países periféricos, a construção de ferrovias e as práticas de otimização da produção agrícola e exploratória realizadas pela *United Fruit* na Guatemala foram consideradas exemplos de assistência técnica. Entretanto, quando as reformas de José Arévalo, presidente guatemalteco eleito em 1945 e de Jacobo Arbenz, eleito em 1950, propuseram regulamentações nas leis trabalhistas e na distribuição de terras, a *United Fruit*, que tinha como advogado Allen Dulles, o diretor da CIA, se envolveu numa trama que culminou no golpe de Estado que derrubou Arbenz em 1954. Dessa maneira, entendemos que em muitos casos, a promoção de auxílio técnico em países periféricos esteve aliada, em maior ou menor grau, a interesses não apenas econômicos de investidores monopolistas, mas a interferências políticas dos Estados Unidos nos países receptores da assistência.





estou confiante de que o Congresso encarará diretamente essas responsabilidades. (TRUMAN, 2010, p. 201 – tradução nossa)

Do ponto de vista orçamentário e fiscal, a fim de convencer o Congresso majoritariamente republicano e conservador, Truman afirmou que os gastos com auxílio estrangeiro seriam muito mais baratos que a potencial guerra que seria deflagrada caso os EUA fossem omissores diante dos cenários de crise nas periferias do mundo. Comparou, por exemplo, o montante proposto na ocasião do anúncio da Doutrina Truman aos gastos estadunidenses com a Segunda Guerra Mundial e concluiu que o apoio à Grécia e à Turquia custaria apenas pouco mais de 0,001% dos custos da guerra. Isto é, o discurso de Truman concebia a intervenção em certos contextos estrangeiros como economicamente necessária, politicamente urgente, diplomaticamente legítima e financeiramente viável.

O anúncio da Doutrina Truman foi, então, a expressão de que a percepção de ameaça estava majoritariamente ligada à infiltração comunista nos “países livres” e à subversão das suas instituições. Portanto, o “campo de batalha” contra o comunismo desconhecia fronteiras e precisava expandir-se mesmo em direção às questões internas de países estrangeiros. A fim de derrotar um inimigo definido como sorrateiro e por vezes até invisível, era necessário tornar onipresente a força do capitalismo estadunidense.

Outro bom exemplo dessa perspectiva pode ser encontrado nas elaborações de George Frost Kennan, que embora fosse um crítico da Doutrina Truman, era uma voz influente na arquitetura da política externa estadunidense da Guerra Fria. Kennan foi um diplomata com vasta experiência de ocupação de cargos diplomáticos em países soviéticos. Dada a alta qualidade de suas análises, assumiu cargos importantes no Departamento de Estado, na direção de planejamento político





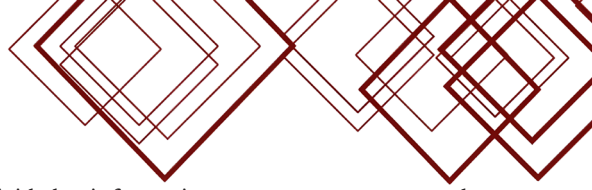
(1947-1949) e no aconselhamento do Secretário de Estado Dean Acheson (1949-1951) (MUNHOZ, 2018).

18

George Kennan foi o fundador da chamada Doutrina de Contenção, exposta preliminarmente num documento de fevereiro de 1946 conhecido como *Long Telegram* e posteriormente desenvolvida num escrito de julho de 1947 intitulado *Sources of Soviet Conduct* publicado na revista *Foreign Affairs*. A base das suas formulações parte do pressuposto de que o principal desafio que a URSS impunha aos EUA não era militar, mas sim derivado da capacidade de atração ideológica do comunismo dentro das democracias ocidentais. Nesse sentido, Kennan “pregava a paciente contenção das ações expansionistas soviéticas” (MUNHOZ, 2018, p. 33) e “avaliava que os EUA deveriam se colocar como nação líder do mundo democrático e apontar caminhos às outras nações com vistas a superar os inúmeros problemas vigentes nas sociedades democráticas.” De modo semelhante, “recomendava ainda que os EUA deveriam evitar a todo custo o confronto direto com a União Soviética” (MUNHOZ, 2018, p. 45).

Contrário ao militarismo de Truman, Kennan entendia que os Estados Unidos precisavam ter o poder de influenciar outros povos se quisessem conter a ameaça comunista. Ou seja, o sucesso na luta contra o expansionismo soviético “dependerá do grau de coesão, firmeza e vigor que o mundo ocidental pode demonstrar” (GEORGE, 1946, p.15 – tradução nossa) e não de uma escalada armamentista e do acirramento das tensões. Amplamente intervencionista, a Doutrina da Contenção defendia que:

É inteiramente possível para os Estados Unidos influenciar os acontecimentos internos, tanto na Rússia quanto por todo o movimento comunista internacional, pelo qual a política russa é largamente determinada. Isso não é apenas uma questão



de modestas atividades informativas que esse governo pode conduzir na União Soviética ou em outros lugares, ainda que isto também seja importante. É uma questão relativa à medida em que os Estados Unidos podem criar a impressão geral entre os povos do mundo de ser um país que sabe o que quer, que está lidando bem com os problemas de sua vida doméstica e com as responsabilidades de ser uma potência mundial, e que tem uma vitalidade de espírito capaz de manter-se firme em meio às grandes correntes ideológicas deste tempo. Caso tal impressão possa ser criada e mantida, os objetivos do comunismo russo parecerão estéreis e quixotescos, as esperanças e o entusiasmo dos apoiadores de Moscou deverão diminuir, e uma adicional pressão deve ser imposta às políticas externas do Kremlin. (KENNAN, 1947, n.p. – tradução nossa)

Percepções como as de Kennan ajudaram a construir uma dimensão da Guerra Fria paralela à disputa pela superioridade militar. Os imperativos de “influenciar acontecimentos internos” de outros países e de “criar uma impressão geral” de firmeza, integridade e credibilidade dos Estados Unidos apontam para uma ampliação da noção de segurança nacional que, nesse período, passou a ganhar corolários ostensivamente políticos e ideológicos. Nessa perspectiva, o comunismo seria vencido por meio de uma demonstração da superioridade moral e política dos EUA. Ora, se, de acordo com George Frost Kennan, a força da ideologia soviética se sustentava na crença essencial da “perversidade do capitalismo, na inevitabilidade de sua destruição” e no entendimento dos regimes socialistas como alternativas legítimas a esse contexto “sombrio” do pós-guerra (KENNAN, 1947, n.p. – tradução nossa), parte importante do enfraquecimento dos soviéticos seria mostrar ao mundo as benesses e a vitalidade do capitalismo na solução de problemas econômicos, políticos e sociais. Tal demonstração de superioridade do capitalismo, segundo Kennan, não deveria ser feita por meio de ameaças, bravatas ou gestos agressivos e superficiais de firmeza. O comunismo deveria ser combatido de maneira persistente



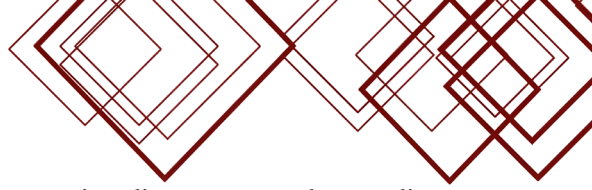
e impassível mediante uma “contraforça” vigilante e pressões capazes de fazer com que os soviéticos retraíssem seus objetivos e estratégias a níveis mais moderados.

Melvyn Leffler (2010) sustenta que nos anos iniciais da Guerra Fria não havia um medo significativo entre os *policymakers* de uma agressão militar soviética. A incapacidade de fazê-lo era atestada por diversos estudiosos e analistas da época. Portanto, naquele momento, ganhou força a percepção de ameaça ligada ao perigo da confiança no comunismo como uma alternativa viável ao capitalismo. Em outras palavras, construiu-se certo consenso de que a manutenção da segurança nacional deveria passar pela preocupação de combater a “sedução” do comunismo como um caminho bem-sucedido para resolver os problemas das economias fragilizadas pela guerra, dos países em processo de descolonização e das nações “subdesenvolvidas” (MUNHOZ, 2018).

20

Isso não significa que Truman tenha investido menos no braço militar da defesa nacional. Entretanto, em termos práticos, a premissa de conduzir a paz mundial como forma de proteger os próprios interesses domésticos dos EUA se traduziu na criação de alianças de cooperação não apenas militar, mas também econômica e técnica, que cumpriam, por vias distintas, o propósito comum de tornar o mundo compatível com o objetivo estadunidense de salvaguardar a vitalidade e a integridade da livre iniciativa e abrir as economias para a entrada de dólares. Nesse sentido, tanto a Doutrina Truman quanto a Doutrina da Contenção foram, de maneiras diferentes, fundamentais no processo de gestão e amadurecimento de diretrizes da política externa alinhadas às percepções que vinham sendo formuladas sobre o cenário mundial do pós-guerra.

O combate a um modelo de desenvolvimento socioeconômico



que desafiava o *American way* internacionalizou-se e ganhou a dimensão que conhecemos devido às interpretações dualistas dos acontecimentos mundiais. Segundo o historiador Arnold. A. Offner (2010), a insistente divisão retórica do mundo entre “livre” *versus* “totalitário” feita por Truman e sua equipe forjou um modelo de interpretação dos acontecimentos mundiais limitado em termos de análise crítica dos fenômenos em curso, porém poderoso na sua força propulsora de interesses estadunidenses para além de suas fronteiras e aglutinadora de recursos para tanto.

Desnaturalizando essa percepção binária do ambiente internacional e situando-a em suas contingências, Offner (2010) entende que tal visão bipolar do mundo era compatível com o perfil paroquial do presidente e com sua ótica estreita sobre assuntos internacionais. Truman tinha uma noção simplista do cenário global tributária da sua pouca compreensão da base para as políticas externas de outras nações. Tal visão limitada, aliada à sua crença acrítica na superioridade dos valores e dos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos foram balizas significativas para o seu militarismo. Ademais, sua convicção de que a URSS era a raiz de todo o mal e miséria que acometiam os povos dos mais diversos países alimentava uma noção míope e generalista de que o mundo assistia ao enfrentamento de opostos inconciliáveis.

Foi a partir das particularidades dessa percepção do contexto mundial que a preservação dos interesses e a “missão de liderança” estadunidenses no mundo pós-1945 foram pautadas. Seguindo essa linha de raciocínio e considerando a centralidade da agenda de segurança, a fim de analisarmos de maneira mais acurada como políticas internacionais de auxílio técnico foram acomodadas na política externa dos Estados Unidos em plena Guerra Fria, é preciso explorarmos um pouco mais a noção de segurança nacional vigente à época.



Para Melvyn Leffler (2010, p.7 – tradução nossa) qualquer doutrina de segurança nacional “abarca as decisões e ações consideradas imperativas para proteger valores domésticos essenciais de ameaças externas.”. As ameaças externas, por sua vez, são medidas a partir do impacto percebido sobre esses valores domésticos essenciais. No século XX, o poder, seja como um fim em si mesmo ou como uma forma de alcançar resultados, é derivado primordialmente da “escala, vigor e produtividade de uma dada economia e de seu acesso ou controle sobre a infraestrutura industrial, força de trabalho e matérias-primas de outros países” numa dinâmica relacional (LEFFLER, 2010, p. 9 – tradução nossa).

22

Leffler (1994) entende que, fundado numa “percepção de ameaça” específica da contingência da Guerra Fria, o conceito de segurança nacional, tinha muito mais a ver com a apreensão em relação a uma possível vulnerabilidade dos interesses estratégicos e econômicos dos EUA que com as ações e objetivos da União Soviética. Embora tal conceito tenha sido institucionalizado apenas em 1947, com a promulgação da Lei de Segurança Nacional (*National Security Act*), o autor estabelece alguns marcos anteriores que fizeram parte do processo de sua definição. Ele aponta as experiências da Segunda Guerra, por exemplo, como significativas no processo de expansão da noção de segurança nacional para além das fronteiras dos EUA. Com a experiência da guerra, a própria noção de fronteira ganhou uma dimensão menos geográfica e mais estratégica. Assim, a necessidade de controlar o trânsito nos oceanos e nos ares, bem como de garantir acesso a matérias-primas estratégicas, discutidas desde 1942-43, impulsionaram aspectos da definição de segurança nacional que surgiria anos depois.

H. W. Brands (1999) observa que a doutrina de segurança nacional inaugurada na Guerra Fria esteve relacionada a uma reorganização



do “interesse nacional” do país em torno dos pilares da democracia, prosperidade e segurança. À medida que se confirmava o potencial de uso de armas nucleares pela União Soviética, tanto a democracia quanto a prosperidade passavam a ser elaboradas em termos de segurança. Para Brands (1999, p. 136 – tradução nossa), a centralidade do conceito de segurança nacional na condução da política externa dos EUA “assumiu um formato institucional na promulgação da Lei de Segurança Nacional de 1947, a qual criou outros suportes de segurança como o Departamento de Defesa e a Agência de Inteligência Central [CIA]”. A conversão do Departamento de Guerra em Departamento de Defesa, por exemplo, é bastante representativa do novo pensamento da era nuclear que desatrelava a necessidade de se elaborar políticas de segurança nacional de um estado formal de guerra. No contexto da Guerra Fria, a segurança nacional passou a ser um assunto fulcral também em tempos de paz (BRANDS, 1999).

23

A Lei de Segurança Nacional criou ainda o *National Security Council* (NSC), um órgão consultivo com o objetivo de assessorar o presidente em assuntos internacionais relacionados à defesa. Composto originalmente por membros como o presidente, vice-presidente, Secretário de Estado e o Secretário de Defesa, o NSC contava ainda com a presença frequente do diretor da CIA e do Chefe do Estado-Maior Geral das Forças Armadas, além de especialistas nos problemas de diversas regiões do mundo. Embora não tivesse poder deliberativo sobre as decisões, o NSC foi uma importante agência na elaboração da política externa dos Estados Unidos (BERDING, 1966).

Em abril de 1950, o *National Security Council* produziu um documento, conhecido como NSC-68, que lançou o alicerce ideológico da política externa de Truman e propôs um arranjo de conciliação dos princípios estadunidenses tradicionais com a sua nova postura geopo-



lítica perante o mundo (PIERCE, 2003). Esse relatório avaliativo do contexto do pós-guerra, levantou os riscos, capacidades e propósitos dos EUA e da URSS e materializou a essência do internacionalismo liberal de Truman e da sua particular acepção de contenção do comunismo. Exhaustivamente explorado pela historiografia da Guerra Fria e por especialistas em política externa dos Estados Unidos, o NSC-68 foi um documento fundante desse processo de reformulação da noção de segurança nacional, da postura e dos interesses internacionais do país. Portanto, julgamos proveitoso examinar alguns trechos que nos ajudaram a situar os nexos que atrelaram os princípios de segurança nacional aos programas de auxílio estrangeiro lançados à época.

24

O NSC-68 foi elaborado em resposta a um pedido de Harry Truman, direcionado ao Secretário de Estado e ao Secretário de Defesa, para que fosse realizado um reexame dos planos estratégicos e dos objetivos de paz e de guerra dos EUA, em face da possível posse de bomba termonuclear por parte da URSS. Partindo da necessidade de reagir a esse cenário, o estudo tece considerações prescritivas sobre o propósito fundamental e a missão internacional dos Estados Unidos, sobre a preparação militar para uma possível guerra e sobre a condução e ampliação dos programas de auxílio estrangeiro.

No que diz respeito à missão dos EUA, o documento é deveras pragmático e objetivo. Nele, sustenta-se que é preciso conter o comunismo e desenvolver um ambiente internacional saudável. Segundo o NSC, ambas as missões estavam entrelaçadas e interagem entre si, mas não eram a mesma coisa. A missão de reconstruir o sistema internacional e torná-lo compatível com o florescimento do “sistema americano” era uma missão a longo prazo, que os EUA teriam mesmo sem a ameaça comunista. Tanto internamente, quanto nos demais países do “mundo livre”, era preciso ter força na afirmação dos valores democráticos





e de liberdade, na condução da vida nacional e no desenvolvimento da força econômica e militar.

Os contornos da intervenção estadunidense no contexto global também são contemplados no relatório. Conforme discutido anteriormente, os diagnósticos de conjuntura, as análises e planos de ação estavam todos calcados na lógica bipolar dos opostos inconciliáveis (capitalismo/comunismo). Se os EUA eram o bastião da liberdade, a URSS era o da escravidão. De acordo com esse *mindset*, “A ideia de liberdade é a ideia mais contagiosa da história, mais contagiosa que a ideia de submissão à autoridade” (NATIONAL, 1950, p. 8 – tradução nossa). Inclusive, sustentava-se que a chamada Cortina de Ferro existia porque a escravidão tinha antipatia pela liberdade e precisava isolar-se em relação a ela para sobreviver.

Assim, na perspectiva do NSC, a ideologia soviética iria contra os mais fortes instintos dos homens e negava os seus desejos inerentes. Portanto, se os EUA conseguirem mostrar que o capitalismo consegue atender às aspirações dos homens, o comunismo iria ruir. Por isso:

25

Demonstrando na prática a integridade e a vitalidade de nosso sistema, o mundo livre expande a sua área e acordos possíveis e pode assim esperar gradualmente ocasionar um reconhecimento soviético das realidades o que, em suma, vai eventualmente constituir a frustração do projeto soviético. (NATIONAL, 1950, p. 10 – tradução nossa)

Sob influência do pensamento de Kennan, o NSC-68 ressaltava que o ataque ao prestígio soviético deveria ser indireto. Já a relação dos EUA com seus aliados/satélites deveria ser a de persuasão e consenso, em contraste com os satélites da URSS, presos a ela por compulsão e capitulação. Todavia, ainda que seja palpável a convergência com as ideias de Kennan, os significativos componentes militaristas do NSC-



68 foram motivos de dissenso e mesmo de críticas diretas deste diplomata. À época do documento em questão, *policymakers* mais alinhados a Truman, tinham a sensação de que a Doutrina de Contenção de Kennan não surtiria tanto efeito porque a URSS ficava cada vez mais ousada, vide a então recentemente constatada produção da bomba termonuclear. À revelia dos que pensavam que a exibição ostensiva de poderio militar de Truman poderia agravar tensões e deixar a URSS mais arredia e mais hostil, o presidente e o NSC argumentavam que sem força militar qualquer política de contenção era um blefe. Destarte, a força militar deveria estar associada às políticas de contenção como um de seus ingredientes.

26

Nessa perspectiva, segundo esse estudo do NSC, o papel do poder militar seria o de servir ao “interesse nacional” e prevenir um ataque ao “mundo livre” enquanto Washington buscava criar um ambiente de florescimento das “sociedades livres” por outros meios. Porém, embora houvesse uma exaltação da importância de ampliar o poderio militar nos Estados Unidos e em todo o “mundo livre”, compreendia-se que qualquer vitória militar seria apenas parcial e temporária se não houvesse um convencimento ideológico:

O recurso da guerra é não apenas um último recurso para uma sociedade livre, mas é também um ato que não pode acabar definitivamente o conflito no campo das ideias. A ideia de escravidão pode apenas ser superada pela oportuna e persistente demonstração de superioridade da ideia de liberdade. (NATIONAL, 1950, p.11 – tradução nossa)

Conforme exposto no NSC-68, a equipe consultiva de Truman via nos programas de auxílio estrangeiro uma forma legítima de demonstrar tal superioridade. Acreditava-se que os segmentos vulneráveis das “sociedades livres” tendiam a responder favoravelmente à ideologia



soviética. A narrativa da rápida ascensão da URSS de uma posição periférica e essencialmente agrária ao posto de uma potência industrial era igualmente apelativa para países periféricos. Nesse sentido, era preciso demonstrar que os ganhos econômicos soviéticos eram destinados a alimentar o próprio sistema, enquanto os ganhos econômicos capitalistas melhoravam a vida dos indivíduos.

A fim de criar um consenso entre as nações do “mundo livre” alinhado aos controversos princípios estadunidenses de democracia e liberdade era necessário desenvolver, a um só tempo, a força material e moral dos países não-comunistas para que se convencessem da falsidade das convicções soviéticas. Pois, para o NSC, “Estava claro que as condições econômicas estão entre os determinantes fundamentais da vontade e força para resistir à subversão e agressão” (NATIONAL, 1950, p. 29 – tradução nossa).

Desse modo, em teoria, os programas de auxílio técnico a países periféricos cumpririam a função de manter o ambiente material em que os valores estadunidenses da democracia e da liberdade pudessem florescer. Ademais, eram também considerados ferramentas eficazes para que os aliados dos EUA, ou “mundo livre” em geral, não assumissem uma postura de neutralidade, fosse por frustração com os EUA ou por influência da URSS. Além disso, tais programas eram vistos também como poderosas estratégias contra as temidas subversão e infiltração comunista nas instituições dos “países livres”, como nos sindicatos, nas escolas, igrejas, imprensa e nas demais instituições influenciadoras de opinião.

O que essa breve análise do NSC-68 nos informa é que para o *National Security Council*, bem como para grande parte das demais instâncias relacionadas à formulação e condução da política externa dos



Estados Unidos na Guerra Fria, a segurança da nação era um conceito elástico que creditava os mais diversos tipos de política de Estado. Todavia, para além da criação de agências intragovernamentais (a exemplo da CIA e do próprio NSC), era necessário estabelecer internacionalmente essa nova noção de segurança nacional a partir da instituição de dispositivos de contenção ao comunismo, nos moldes idealizados por Truman e pelos *policymakers* que compunham o recém-fundado *National Security Council*.

28

Por isso, é inviável pensar a política internacional de auxílio técnico dos Estados Unidos sem considerar os objetivos de segurança nacional, que dominaram não apenas o orçamento do Estado, como também norteou toda a condução estadunidense dos assuntos internacionais (HOGAN, 2007). O pensamento liberal hegemônico de grande parte dos *policymakers* em torno de Truman defendia que os Estados Unidos deveriam reconstruir o mundo à sua conveniência. Buscava-se, desta vez fora das fronteiras estadunidenses, facilidades para o livre mercado, consumidores receptivos e, se possível, estabilidade política, democracias e respeito às liberdades individuais. Esse otimismo internacionalista liberal foi o que esteve na base do lançamento de programas de auxílio econômico e técnico para a promoção do desenvolvimento - condicionado a essas variáveis mencionadas - em diversas partes do globo. (PACKENHAM, 2015).

Segundo David Ekbladh, “À medida que os Estados Unidos expandiam as suas responsabilidades durante e após a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento tornou-se um método básico para atender e assegurar os compromissos globais.” (EKBLADH, 2010, n.p. – tradução nossa). Isso significa dizer que uma parte importante dos problemas identificados no cenário mundial do pós-guerra, e também das soluções apontadas, foi elaborada em termos de desenvolvimento ou



de ausência dele. Tal internacionalização de determinado debate sobre desenvolvimento contou com amplo respaldo de cientistas políticos, economistas, de missionários cristãos e de ideólogos do liberalismo. Foi a partir de certo consenso intelectual e político nutrido no seio das elites da mais nova superpotência global em ascensão, os Estados Unidos, que, aproximadamente entre os anos de 1940 e 1970, organizações privadas e governamentais lançaram e participaram de programas de auxílio técnico a nações estrangeiras (RIST, 2008; EKBLADH, 2010).

Arturo Escobar (1995, p. 4 – tradução nossa) aponta que nos anos de 1940 difundiu-se “uma vontade crescente de transformar drasticamente dois terços do mundo na busca pelo objetivo da prosperidade material e progresso econômico.” Para Escobar, foi a partir desse período que se começou a conceber de que forma a pobreza do mundo periférico poderia ser nociva aos países “desenvolvidos”. Passou-se a pensar em termos de administração e tutela da pobreza, transformando os povos pobres em povos assistidos. Nesse processo, o desenvolvimento, medido por índices sancionados pelas ciências sociais e econômicas (alfabetização, PIB, expectativa de vida, acesso à educação, saúde etc.), tornou-se categoria chave de leitura da realidade social. “Como se tornar um país desenvolvido” se tornou um dos problemas fundamentais no debate público de muitas nações.

Quando tratamos de elaborações de diagnósticos e propostas de soluções para o “subdesenvolvimento” é necessário ter em mente que por mais desinteressado, objetivo, técnico e fundamentado em análises científicas que pareça ser um projeto de auxílio técnico, este estará sempre inserido em uma estrutura ideológica mais ampla (EKBLADH, 2010). Portanto, vale ressaltar que as noções de “desenvolvimento” e de “subdesenvolvimento” não são autoevidentes, mas são termos em disputa que estavam sendo elaborados no contexto do pós-guerra.



Nesse esquema de percepção que se desenhava, o “desenvolvimento” era vislumbrado e exposto como um caminho possível que os países “subdesenvolvidos” ainda não tinham percorrido. Essa mudança de percepção foi acompanhada da adoção de novos parâmetros de observação da realidade social. Desta maneira, a partir de indicadores “apurados objetivamente” – como taxa de alfabetização, de natalidade/mortalidade, dados sobre hábitos nutricionais e de saúde etc.- grandes temas vinham sendo discutidos a partir das preocupações dos países industrializados.

30

Em texto publicado em julho de 1950, Owen Lattimore, pesquisador especializado em Relações Internacionais com ênfase no Extremo Oriente e editor da revista *Pacific Affairs*, escreveu que o subdesenvolvimento era um fator eminentemente econômico. Em busca de características definidoras da noção de subdesenvolvimento, Lattimore (1950) afirmou que eram subdesenvolvidas as nações cuja agricultura não era fácil de modernizar e que não possuíam formas modernas de produção industrial, transporte, distribuição e consumo. Em sua visão, os programas de assistência aplicados em cenários periféricos seriam um novo capítulo no desenvolvimento do capitalismo moderno. Na perspectiva de Lattimore (1950), o “atraso econômico” era explicado principalmente por fatores ligados à capacidade produtiva e comercial.

De maneira complementar, um artigo de autoria do geógrafo John Kerr Rose (1950) apontava que o subdesenvolvimento não era só uma questão de falta de capital e de tecnologia, mas também de baixa renda per capita, baixo investimento industrial, baixo consumo de comida, baixo uso de energia mecânica, baixa expectativa de vida, grande crescimento demográfico, altos índices de analfabetismo e precariedade em instalações de saúde e de educação. No coração desses problemas, de acordo com Rose (1950), encontrava-se a falta de mão-de-obra capa-



citada, de gerenciamento adequado e de recursos. Por isso, programas de auxílio técnico seriam necessários, pois não se tratava de simplesmente injetar capitais nos países pobres, mas de dinamizar economias, de capacitar a população a prestar serviços básicos - como transporte, saúde, educação e saneamento - e de criar uma mão-de-obra capaz de produzir mais e um mercado consumidor capaz de consumir mais.

Para tanto, seria preciso um trabalho de longo prazo, de transferência de tecnologia e conhecimento o suficiente para afastar as forças do “tradicionalismo”, da religião e do paternalismo que, na visão desses estudiosos, mergulhavam as populações periféricas num “estado de inércia” e de potencial subversão. Nesse sentido, Rose (1950) asseverou que o Ponto IV seria para os países “subdesenvolvidos” uma versão moderna de um admirável mundo novo e de um amanhã melhor.

A visão de intelectuais como Rose e Lattimore influenciou e era influenciada pela ideia de que a solução para o “subdesenvolvimento” estava no aumento da produção, numa lógica em que “mais” era necessariamente equivalente a “melhor”. Forjada no cerne de relações de poder, essa noção de “desenvolvimento” estabelecia que o crescimento não era uma escolha, mas uma necessidade, questionando ordenamentos sociais fora do domínio da lógica do capitalismo liberal estadunidense, deslegitimando os que se beneficiavam da ordem social preexistente e encobrendo, sob o discurso técnico-científico, o caráter assimétrico e o potencial corrosivo desses modelos exógenos de modernização e dinamização das economias (RIST, 2008).

Tendo em vista tal constatação de uma necessidade de intervir nos países “subdesenvolvidos” para “resolver problemas”, é possível observar nessas elaborações que “o traço essencial do Terceiro Mundo era a sua “pobreza” e a solução para ela residia no crescimento





econômico e no desenvolvimento, validado a partir de “verdades” do capitalismo que se diziam “autoevidentes, necessárias e universais” (ESCOBAR, 1995, p. 24 – tradução nossa). Sob essa perspectiva, o desenvolvimento era também uma forma de organização, de tutela e de controle desses espaços cujas condições socioeconômicas destoavam do mundo moderno que se anunciava. “Na estrada para o crescimento econômico, ninguém poderia parar e esperar pelos lentos” (RIST, 2008, p. 4 – tradução nossa). Por isso, era preciso conduzir convenientemente a “acomodação” das nações “atrasadas” na modernidade da ordem mundial que se desenhava a partir dos anseios dos países “desenvolvidos”, notadamente dos Estados Unidos.

32

Naquele contexto, a modernização e o estímulo ao desenvolvimento de países periféricos não eram vistos como uma questão de auxílio estritamente financeiro. Era preciso “educar” sociedades, mostrar-lhes o caminho para o desenvolvimento a partir do bom gerenciamento político e econômico de recursos. Assim, a modernização só se realizaria a partir do foco na mudança socioeconômica, educacional e política, bem como do investimento em infraestrutura e de melhorias na saúde e na alimentação dos países recipientes do auxílio. (PICARD; KARASZIA, 2015).

Dessa maneira, a assistência técnica seria preferível à concessão de capitais para conduzir o desenvolvimento de países periféricos. Portanto, os programas de auxílio para essa região tinham um caráter majoritariamente técnico, ligado ao compartilhamento de *know-how* e a intercâmbios que proporcionassem a demonstração de técnicas. O desenvolvimento, nessa perspectiva liberal, era uma dentre as muitas formas de tutela sobre o “recém-batizado” “Terceiro Mundo”.

Entretanto, vale lembrar que a promessa de desenvolvimento

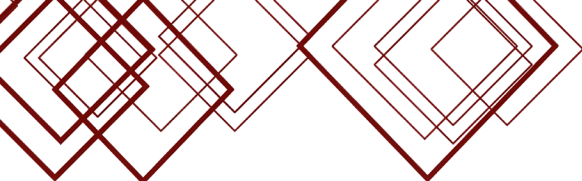


não era privilégio do liberalismo. Era um campo mais amplo de disputa. Ao longo de grande parte do século XX, o desenvolvimento foi um importante instrumento nas batalhas ideológicas:

Liberalismo, comunismo e fascismo – sistemas com prescrições gerais para a organização da vida política, social, cultural e econômica – eram impelidos a demonstrar às populações locais, bem como ao público internacional que eles poderiam oferecer promessas de uma vida melhor, trazida pelas tecnologias e mentalidade do mundo moderno. [...] [No caso dos EUA,] o desenvolvimento se tornou crucial para entender como os Estados Unidos confrontaram outros sistemas ideológicos quando eles emergiram como ameaças. (EKBLADH, 2010, n.p. – tradução nossa)

Diante disso, se pensarmos o contexto específico da Guerra Fria, podemos afirmar que as políticas de auxílio lançadas pelos EUA e voltadas para a promoção do desenvolvimento em países estrangeiros estavam atreladas à necessidade de emplacar o liberalismo como um caminho legítimo para a modernidade. Da mesma forma que, como vimos, a segurança nacional dos Estados Unidos dependia da força hegemônica do liberalismo estadunidense (e de seus ideais de liberdade, prosperidade e democracia), a hegemonia do liberalismo dependia do sucesso na exportação de um modelo de modernização. Por sua vez, tal sucesso, dependia do sucesso dos programas de auxílio estrangeiro, cujo vigor seria a expressão do próprio vigor e da legitimidade do liberalismo estadunidense.

Todavia, em termos práticos, embora grande parte dos pontos de estrangulamento do desenvolvimento dos países periféricos tivesse raízes estruturais ligadas a um passado colonial ou a sistemas políticos e econômicos incompatíveis com a modernidade ocidental que se impunha, os programas de auxílio lançados por Truman para o “Terceiro

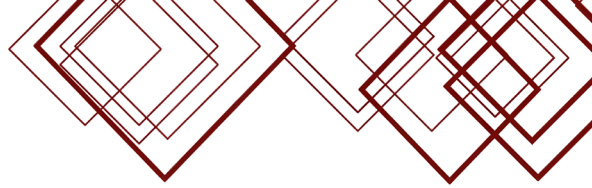


Mundo” não previam amplos reordenamentos institucionais ou apoio material massivo para a superação de problemas. As intervenções tinham um caráter técnico e seu alcance limitava-se ao suficiente para aumentar a demanda por exportados dos EUA, garantir o fluxo de matéria-prima em ritmo acelerado e a preços baixos, fortalecer ideológica e militarmente a capacidade de resistir a infiltrações comunistas e garantir alguma estabilidade política, ainda que essa estabilidade não fosse necessariamente democrática (PACKENHAM, 2015).

34

Assim, a interferência sistemática nas dinâmicas e no ritmo de produção, nas políticas cambiais e na administração pública de países periféricos validadas pela promessa de modernização serviam para assegurar uma estabilidade necessária para um sistema internacional nos moldes liberais. Portanto, nessa perspectiva, promover o desenvolvimento de países periféricos não significava investir em sua industrialização ou estimular caminhos de soberania política e autonomia econômica. Prestar assistência aos “países pobres” sob a promessa do desenvolvimento era uma aposta na inextricabilidade entre prosperidade, paz e liberdade ancorada no otimismo universalista liberal de que a exportação de fórmulas para a modernização produziria os efeitos esperados independentemente das especificidades dos contextos. Entre os *policymakers* envolvidos com o Ponto IV, por exemplo, alimentava-se a ideia de que era possível dinamizar economias, alinhar a produção de países estrangeiros aos desígnios de Washington e garantir estabilidade política com programas de auxílio que custavam pouco (PACKENHAM, 2015).

Michael Hunt explica que, nessa acepção, o desenvolvimento era uma espécie de irmão mais novo da contenção. “Enquanto a contenção focava nos problemas imediatos de manter afastados os soviéticos e seus aliados esquerdistas, o desenvolvimento tinha o objetivo de pro-



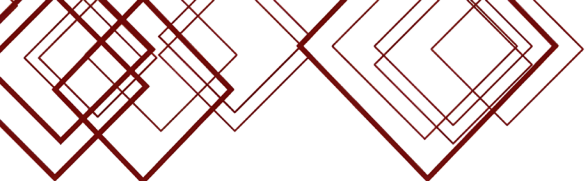
mover imunidade de longo prazo ao contágio do comunismo.” (HUNT, 2009, p.159 – tradução nossa). Para aqueles que viam a modernização como um processo irresistível e universal, a promessa de desenvolvimento era uma forma de “falar” com o “Terceiro Mundo” e atraí-lo para conduzi-lo em seus caminhos. Nesses termos, o fracasso em convencer países periféricos das benesses do liberalismo e do capitalismo internacional era visto como uma vitória de Stalin (EKBLADH, 2010).

Por meio de programas que prometiam acabar com a fome e melhorar as condições de vida e de trabalho das populações de países periféricos, os Estados Unidos ofereciam aos países contemplados uma visão de mundo sobre a superioridade moral e a eficiência do “capitalismo humanitário” do século XX. Assim, sob uma retórica de cooperação, que desviava de acusações de imperialismo, Washington buscava, em terras estrangeiras, aliados no combate ao comunismo e economias abertas aos dólares estadunidenses a fim de garantir a construção de um ambiente internacional favorável à sua liderança e hegemonia.

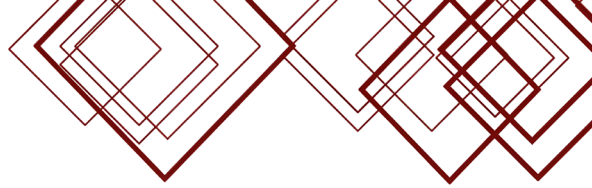
35

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. Trad Georges Kormikiaris. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BRANDS, H.W. The Idea of the National Interest. In: HOGAN, Michael J. (org.). *The Ambiguous Legacy*. U.S. Foreign relations in the ‘American Century’. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- CUMINGS, Bruce. The American Century and the Third World. In: HOGAN, Michael J. (org.). *The Ambiguous Legacy*. U.S. Foreign relations in the ‘American Century’. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.



- EKBLADH, David. *The Great American Mission: Modernization and the Construction of an American World Order*. New Jersey: Princeton University Press, 2010.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: the making and the unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- GEORGE Kennan's 'Long Telegram', February 22, 1946, History and Public Policy Program Digital Archive, National Archives and Records Administration, Department of State Records (Record Group 59), Central Decimal File, 1945-1949, 861.00/2-2246; reprinted in US Department of State, ed., *Foreign Relations of the United States, 1946, Volume VI, Eastern Europe; The Soviet Union* (Washington, DC: United States Government Printing Office, 1969), p.15.
- 36 HOGAN, Michael J. *A Cross of Iron. Harry Truman and the Origins of the National Security State, 1945-1954*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007.
- INTERNATIONAL DEVELOPMENT ADVISORY BOARD. *Summary of Discussions: Pacific Coast Conference on Private in International Development*. San Francisco, September 24- 25, 1952, p. 8.
- KENNAN, George F. *The Sources of Soviet Conduct*. *Foreign Affairs*, julho, 1947, n.p. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/russian-federation/george-kennan-sources-soviet-conduct>. Acesso em 04/08/2020.
- LAFEBER, Walter. *The Tension between Democracy and Capitalism during the American Century*. In: HOGAN, Michael J. (org.). *The Ambiguous Legacy*. U.S. Foreign relations in the 'American Century'. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.



- LATTIMORE, Owen. Point Four and the Third Countries. *The Annals of American Academy of Political and Social Science*, vol 270, issue 1, July 1950, pp.1-7. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000271625027000102> . Acesso em 24 ago. 2020.
- LEFFLER, Melvin P; PAINTER, David S. (ed.). *Origins of the Cold War: an International History*. London and New York: Routledge, 1994.
- LEFFLER, Melvyn ; WESTAD, Odd Arne (ed). *The Cambridge History of the Cold War*. New York: Cambridge University Press, 2010. 3v.
- MUNHOZ, Sidnei J. George Frost Kenan e a arquitetura da política externa dos EUA na gênese da Guerra Fria. In: *Revista Diálogos*, Maringá, v. 22, n.1, jan-abr 2018, pp. 26-43.
- MUTUAL SECURITY ACT OF 1951. Hearings before the Committee on Foreign Relations and the Committee on Armed Services. United States Senate, Eighty Second Congress, First Session, jul-ago, 1951. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=umn.31951d020946037&view=1up&seq=5> . Acesso em 15/01/2020.
- NATIONAL Security Council Report, NSC 68, ‘United States Objectives and Programs for National Security’,” April 14, 1950. History and Public Policy Program Digital Archive, US National Archives. Disponível em: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116191> . Acesso em: 30/03/ 2020.
- OFFNER, Arnold A. Provincialism and Confrontation: Truman’s Responsibility. In: MERRIL, Dennis; PATERSON, Thomas G (ed.). *Major Problems in American Foreign Relations*. vol 2. 7 ed. United States, CA: Wadsworth, 2010.
- PACKENHAM, Robert A. *Liberal America and the Third World*. Prince-



ton: Princeton University Press, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu> . Acesso em 17/09/2018.

PATERSON, Thomas G. *Meeting the Communist Threat. Truman to Reagan*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1988.

RIST, Gilbert. *The History of Development: from Western origins to global faith*. Londres & Nova York: Zed Books, 2008.

ROSE, John K. Needs and resources of the Brave New World. *The Annals of American Academy of Political and Social Science*, vol. 268, Mar, 1950, pp. 9-21. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1027890> . Acesso em 24 ago. 2020.

SPALDING, Elizabeth Edwards. *The first Cold Warrior: Harry Truman, Containment, and the remaking of liberal internationalism*. Kentucky: The University Press of Kentucky, 2006.

38

TRUMAN, HARRY. The Truman Doctrine call for aid to Greece and Turkey to contain totalitarianism, 1947. In: MERRILL, Dennis; PATERSON, Thomas G (ed.). *Major Problems in American Foreign Relations*. vol 2. 7 ed. United States, CA: Wadsworth, 2010.

Recebido em: 19/01/2024 • Aprovado em 04/08/2024